

Colóquio Trabalho & Justiça – Tribunal da Relação de Lisboa

Intervenção de Sua Excelência o Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura

Juiz Conselheiro Mário Belo Morgado

Senhor Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa

Caros colegas

Senhores Magistrados do Ministério Público e Senhores Advogados.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

1. As minhas primeiras palavras não podem deixar de ser para agradecer o convite que me foi endereçado para participar nesta sessão de encerramento e para expressar o muito gosto que tenho em estar aqui hoje presente.

É sempre muito grato para mim regressar a esta casa em que exerci funções durante vários anos.

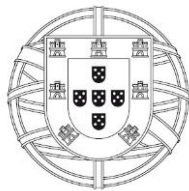
Para além de avivar boas memórias e recordações, é também sempre um momento de reencontro com amigos e pessoas que estimo muito.

Desta vez, acresce um gratificante retorno ao contacto com o direito e a jurisdição laboral, precisamente aquela em que nos últimos anos exerci funções no Supremo Tribunal de Justiça.

2. É em nome da comunidade que os tribunais administram justiça, pelo que é natural e desejável que as instituições judiciais reflitam sobre os temas socialmente mais candentes, nomeadamente naquelas áreas em que a natureza e sensibilidade dos valores conflituantes mais demanda o recurso a todas as ferramentas metodológicas disponíveis para bem interpretar a lei e aplicar o direito, por forma a encontrar a máxima satisfação – ou o mínimo constrangimento – dos interesses em presença, mediante o apelo a considerações de necessidade, adequação e proporcionalidade.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Rua Mouzinho da Silveira, n. 10, 1269-273 Lisboa
Tel.: 213 220 020 | Fax: 213 474 918 / 213 430 056 | csm@csm.org.pt
www.csm.org.pt



Sendo a relação conflitual entre direitos acentuada pelo progresso tecnológico, pela inerente dinâmica social e pela consequente necessidade de defesa e expansão da personalidade humana no convívio social, compreende-se que o direito do trabalho constitua um campo em que com a maior frequência se evidenciam situações marcadas pela tensão e polaridade, realidade que em grande parte explica a sua riqueza e dinamismo.

Desde logo, uma tensão primária entre a função social do direito do trabalho, dirigida à proteção da parte mais débil e à regulação do mercado de trabalho, e a sua função económica, essencialmente enformada por preocupações de eficácia económica, ou seja, pelo bom funcionamento e funcionalidade das empresas, do mercado e do sistema económico no seu conjunto.

Conexamente, a polaridade existente entre a autonomia individual e a autonomia coletiva e, mais latamente, no fundo, com o próprio direito do trabalho, entendido, segundo alguns autores, como fronteira consciente da liberdade contratual reconhecida pelo direito civil comum e enquanto instrumento de realização de uma igualdade não meramente formal.

De facto, foi numa relação privilegiada com o direito constitucional e numa relação conflitual com alguns institutos basilares do direito civil comum que historicamente se afirmou – como se sabe – o direito do trabalho.

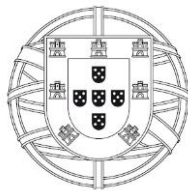
Uma evidente constatação esteve na base deste processo evolutivo: a liberdade ilimitada entre pessoas desiguais não significaria senão a liberdade do mais forte, ou seja a violação do princípio da igualdade das partes e da própria liberdade real.

Limites imperativos à liberdade contratual individual e contratação coletiva, constituem, pois, os grandes traços distintivos da disciplina jurídica do contrato de trabalho.

Isto é assim não apenas em nome dos específicos direitos dos trabalhadores, enquanto tal, mas, mais vastamente, na medida em que não podem ser de âmbito exclusivamente individual assuntos em que estão necessariamente implicados os valores fundamentais que impregnam as nossas sociedades de matriz democrática.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Rua Mouzinho da Silveira, n. 10, 1269-273 Lisboa
Tel.: 213 220 020 | Fax: 213 474 918 / 213 430 056 | csm@csm.org.pt
www.csm.org.pt



Daí, desde logo, a normativização do tempo do trabalho, área que remonta aos primórdios do direito do trabalho e na qual também se joga o livre desenvolvimento da personalidade das pessoas, a sua dignidade e a sua integridade.

O tempo de trabalho condiciona a quantidade de tempo livre das pessoas e, conseqüentemente, direitos fundamentais como a educação, o acesso à cultura e ao desporto, a participação política e sindical, a efetiva igualdade de direitos entre homens e mulheres e, em geral, o tempo dedicado à vida pessoal e familiar.

Entretanto, a progressiva centralidade da empresa nas sociedades modernas e a generalizada tendência para a flexibilização do contrato de trabalho, introduzem a questão de saber se não nos encontramos na antecâmara de um paradigma laboral de matriz diversa.

É mais um tema fascinante que convoca reflexões sobre o tempo que vivemos, tema difícil e complexo e que também encerra uma importante polaridade: não produzimos o tempo que nos rodeia, que nos envolve e domina, com o seu temível poder, nas palavras de Paul Ricoeur; mas, em simultâneo, todos somos atores do nosso tempo, todos fazemos o nosso próprio tempo.

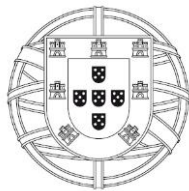
3. Minhas Senhoras e meus Senhores.

Em boa hora entendeu o Tribunal da Relação de Lisboa proceder a este Colóquio sobre Direito do Trabalho.

Felicitto muito vivamente esta Relação, em especial o seu presidente e a sua secção social, pela organização do evento, o qual demonstra bem que este tribunal superior não se alheia dos anseios e preocupações da comunidade que serve, tal como evidencia a falta de justeza de algumas imputações de “fechamento” ou de “sacralização” dos tribunais no exercício das suas funções.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Rua Mouzinho da Silveira, n. 10, 1269-273 Lisboa
Tel.: 213 220 020 | Fax: 213 474 918 / 213 430 056 | csm@csm.org.pt
www.csm.org.pt



Abrindo-se à reflexão e à discussão de questões do maior interesse para os cidadãos, estiveram todos à altura das suas responsabilidades cívicas.

Acresce que a escolha das temáticas e dos prelotores não poderia ser mais interessante e atrativa.

Questões de índole adjetiva do maior interesse prático, controvérsias decorrentes da ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimentos e matérias de grande relevo para os sinistrados nos acidentes de trabalho, sem esquecer a áreas das contraordenações laborais, foram intensamente tratadas e refletidas ao longo do dia de hoje.

São de aplaudir e muito bem vindos todos os contributos que daqui brotaram para a sedimentação de uma leitura da ordem jurídica que apresente aquele mínimo de segurança e estabilidade que é pressuposto por toda a organização e evolução social, política e económica, sem prejuízo – naturalmente – do necessário dinamismo e flexibilidade na aplicação do direito, uma vez que as complexas necessidades do mundo atual não se compadecem com demasiada rigidez nesta matéria.

Os valiosos ensinamentos aqui colhidos não deixarão, certamente, de se repercutir positivamente no labor diário dos nossos Tribunais, enriquecendo toda uma dinâmica global tendente a melhorar a qualidade da justiça que prestamos aos nossos concidadãos.

Pelos vossos importantes contributos, muito obrigado a todos.

Mário Morgado

28 de Junho de 2017

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Rua Mouzinho da Silveira, n. 10, 1269-273 Lisboa
Tel.: 213 220 020 | Fax: 213 474 918 / 213 430 056 | csm@csm.org.pt
www.csm.org.pt